



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A ATUAÇÃO DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI) E DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) NA DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS E DE REMANESCENTES DE QUILOMBOS – CPI FUNAI-INCRA 2

REQUERIMENTO Nº , DE 2016

(Da Sra. TEREZA CRISTINA)

Requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido, ora formulado, de REQUISICÃO de informações e dados oficiais junto ao INCRA, nos moldes que especifica.

Senhor Presidente,

Nos termos das disposições constitucionais (§ 3º do art. 58 da CF/88), legais (art. 2º da Lei 1.579/52) e regimentais (art. 36, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados), requeremos que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido, ora formulado, de REQUISICÃO de informações e dados oficiais junto ao INCRA, nos moldes abaixo enumerados:

01. Relatório detalhado sobre a Execução Orçamentária e Financeira das Despesas relacionadas à Reforma Agrária no período de 2005 a 2016 (as despesas devem ser detalhadas conforme sua Classificação Funcional e Estrutura Programática).
02. Valores nominais, ano a ano, do total dispendido com o pagamento, em sentido amplo, pelas terras destinadas ao Programa Nacional de Reforma Agrária, englobando, discriminadamente: compra, precatórios judiciais, indenização por benfeitorias, gastos com infraestrutura ou outras rubricas que a instituição entender pertinente.
03. Número de beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária que iniciaram o pagamento e que quitaram por completo a alienação (art. 18, Lei 8629/93), bem como o valor nominal, ano a ano, pago pelos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária para obtenção da titulação.

JUSTIFICAÇÃO

Consoante mostram os dados oficiais, o Programa Nacional de Reforma Agrária já distribuiu cerca de 89 milhões de hectares de terra, divididos em aproximadamente 1 milhão de lotes. Contudo, apenas 240 mil títulos de propriedade foram expedidos¹. Em outras palavras há aproximadamente 760 mil lotes não titulados, em área ocupada maior que a de muitos países.

Desses beneficiários não titulados, a absoluta maioria quer se emancipar, mais não consegue. Querem receber o título, mas são impedidos, seja pela burocracia, seja pela falta de organização ou estrutura do Incra, seja outra razão que desconhecemos.

Por outro lado, há ainda uma extensa gama de cidadãos brasileiros que desejam receber o pedaço de terra para trabalhar, passando décadas sem serem contemplados.

Assim, existem pessoas que querem receber o título e quitar o débito e, por outro lado, pessoas que precisam de terra. Dessa forma, com organização, trabalho e boa governança, seria possível juntar os polos para formação de um círculo virtuoso, saindo de vez do círculo vicioso que insistiu em vigorar pelos últimos anos no âmbito da Reforma Agrária.

Isto posto, para que o Parlamento possa contribuir com a questão, é preciso um maior aprofundamento no tema, pelo que se solicita os dados oficiais já enumerados. Com eles, será possível extrair efetivamente o quanto se gasta com a Reforma Agrária no País, seja com a compra de terras, seja com a indenização de precatórios, seja com a concessão de crédito, seja com a melhoria da infraestrutura nos assentamentos, ou outras rubricas interligadas.

Portanto, diante do exposto, solicito a aprovação deste requerimento pelos nobres Pares.

Sala da Comissão, em de de 2016.

Deputada Tereza Cristina
PSB-MS

¹ TITULAÇÃO. Incra. Disponível em <http://www.incra.gov.br/titulacao>, acesso em 15 mai. 2016.